

COMPETÊNCIA EM PRIVACIDADE: CENÁRIO NAS UNIVERSIDADES

PRIVACY LITERACY: SCENARIO IN UNIVERSITIES

Andréia Letícia Johann*
Rosângela Schwarz Rodrigues**

RESUMO

Em meio ao cenário de vigilância digital e vazamento de dados pessoais, torna-se crucial levantar questões relacionadas à privacidade dos indivíduos e a consciência sobre a coleta e uso de dados pessoais, quais as suas consequências bem como os meios legais e técnicos de proteção existentes, sendo uma atribuição do bibliotecário a de desenvolver a Competência em Privacidade em ambientes acadêmicos. O objetivo geral da pesquisa é apresentar um panorama de conteúdos em Competência em Privacidade desenvolvidos em uma amostra de universidades no mundo, utilizando-se os métodos bibliográfico e documental. A partir da pesquisa bibliográfica constatou-se a discussão e orientação das instituições bibliotecárias quanto à Competência em Privacidade. Na pesquisa documental com amostra das 10 melhores universidades posicionadas de cada continente identificou-se 66 conteúdos relacionados à Competência em Privacidade, apresentando o continente da África como o mais representativo nas ofertas de conteúdos, havendo uma predominância da oferta destes conteúdos a partir de 2017. Foi possível constatar que a área do conhecimento que mais aborda os temas relacionados à Competência em Privacidade nas universidades são o Direito e a Ciência da Computação e Segurança. Na categorização dos conteúdos identificou-se que o “Pensamento Crítico” está mais presente nas abordagens, ao passo que apenas 5 do total de conteúdos possuíam as três categorias, “Pensamento Crítico”, “Tecnosolucionista” e “Legislatório”, nas suas abordagens. Sugere-se para trabalhos futuros o desenvolvimento de práticas em Competência em Privacidade aplicada em bibliotecas universitárias abordando os três tópicos especialmente buscando parcerias com áreas que abordam o tema nas universidades atualmente.

Palavras-chave: Competência em Privacidade; bibliotecário; biblioteca universitária.

ABSTRACT

Amidst the digital surveillance and personal data leakage scenario, it becomes crucial to raise issues related to individuals' privacy and awareness about the collection and use of personal data, its consequences as well as the existing legal and technical means of protection, being a librarian's attribution to develop Privacy Literacy in academic environments. The general objective of the research is to present a panorama of content on Privacy Literacy developed in a sample of universities around the world, using the bibliographic and documental methods. From the bibliographic research it was found the discussion and orientation of library institutions regarding Privacy Literacy. In the documentary research with a sample of the 10 best positioned universities from each continent, 66 contents related to Privacy Literacy were identified, presenting the continent of Africa as the most representative in the content offerings, with a predominance of the offering of these contents as of 2017. It was possible to see that the area of knowledge that most addresses the topics related to Privacy Literacy in universities are Law and Computer Science and Security. In the categorization of the contents it was identified that "Critical Thinking" is more present in the approaches, while only 5 of the total contents had the three categories, "Critical Thinking", "Technosolutionist" and "Legislative", in their approaches. It is suggested for future work the development of practices

in Privacy Literacy applied in university libraries addressing the three topics especially seeking partnerships with areas that address the topic in universities nowadays.

Keywords: Privacy Literacy; librarian; university library.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a privacidade é abordada, sobretudo, no meio digital, adicionando ao debate o tópico da vigilância digital e suas consequências na privacidade do indivíduo. Para Clarke (2010, p. 18) a vigilância é "A investigação sistemática ou monitoramento das ações ou comunicações de uma ou mais pessoas". Clarke ainda estabelece que a vigilância pode ser individual ou em massa (CLARKE, 2010).

Com a vigilância de dados é possível realizar um rastreamento das atividades efetuadas em ambientes digitais, o que permite uma permanente coleta de dados em todos os domínios da vida *on-line* (COULDRY, 2016). A prática de analisar e quantificar os dados é chamada por Mayer-Schönberger e Cukier (2013) de *datafication*, que permite que a informação seja organizada em categorias, possibilitando a elaboração do perfil dos indivíduos, sendo possível realizar inferências e previsões sobre o comportamento humano.

Zuboff (2019) caracteriza como Capitalismo de Vigilância, o modelo de negócio que é baseado na venda de previsões sobre o comportamento do indivíduo. Tal atividade pode ser conveniente para o indivíduo fornecendo algumas comodidades, no entanto, Hintz, Dencik, Wahl-Jorgensen (2017, p. 3-4) apontam que "A coleta de dados, em escala massiva, permite um modo de governança baseado em perfis, classificação e categorização de populações de maneiras cada vez mais precisas".

Uma vez que as vidas dos indivíduos são resumidas a dados, Zuboff (2019, p. 66) expressa que "O ponto chave da exploração aqui é a representação de nossas vidas como dados comportamentais para o melhor controle dos outros sobre nós", a ignorância dos indivíduos sobre o uso dos dados, interfere no direito de decisão muitas vezes antes de saber que há uma decisão a ser tomada, além de outras consequências ainda impossíveis de serem visualizadas (ZUBOFF, 2019).

As questões de privacidade foram evidenciadas com escândalos como, a denúncia do programa de vigilância Prism da *National Security Agency* (NSA) (GREENWALD; MACASKILL, 2013), feita por um dos seus empregados, Edward Snowden em 2013, apontando a vigilância e espionagem de cidadãos dos Estados Unidos e do mundo inteiro sem que ninguém tivesse consciência. Assim como o escândalo da Cambridge Analytica com o Facebook (CADWALLADR; GRAHAM-HARRISON, 2018), este ocorrido em 2016, com a venda de dados de 50 milhões de usuários do Facebook, os quais foram utilizados pela Cambridge Analytica, sem consentimento dos usuários, para influenciar suas decisões e promover a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, como também influenciar a aprovação do Brexit no Reino Unido.

Em meio ao cenário de *datafication* e vigilância digital, torna-se necessária a existência da consciência em questões de privacidade por parte dos indivíduos, sendo capazes de desenvolver uma Competência em Privacidade. A universidade é o local por excelência

*Graduanda em Biblioteconomia - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail:

andrealeticia253@gmail.com

**Docente no Departamento de Ciência da Informação - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: rosangela.rodriques@ufsc.br

para formar cidadãos críticos e a biblioteca como um dos espaços para desenvolver as atividades sobre Competência em Privacidade.

O objeto da presente pesquisa é identificar como as universidades estão atuando em relação à criação de conteúdos que orientem a comunidade acadêmica, principalmente os estudantes a proteger a sua privacidade. Assim sendo, o problema se apresenta em qual é o cenário de desenvolvimento de conteúdos de Competência em Privacidade nas universidades e bibliotecas universitárias?

A pesquisa tem como objetivo geral, apresentar um panorama de conteúdos em Competência em Privacidade desenvolvidos em uma amostra de universidades no mundo, e como objetivos específicos: a) Verificar as recomendações e diretrizes de instituições que regulamentam a biblioteconomia, sobre a Competência em Privacidade; b) Identificar conteúdos sobre Competência em Privacidade nas 10 universidades melhor classificadas no Ranking Web de Universidades, de cada continente; e c) Descrever os conteúdos sobre Competência em Privacidade nas 10 universidades melhor classificadas no Ranking Web de Universidades, de cada continente.

A pesquisa justifica-se pela Competência em Privacidade apresentar-se como uma ferramenta para melhorar o entendimento e acompanhamento das evoluções tecnológicas e o efeito sobre a vida das pessoas, indicando-se uma atribuição do bibliotecário em liderar a discussão e o desenvolvimento de Competência em Privacidade em ambientes acadêmicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na presente seção será apresentado o referencial teórico referente aos pontos centrais da pesquisa, sendo a privacidade, a Competência em Privacidade e o papel do bibliotecário em relação a Competência em Privacidade.

2.1 PRIVACIDADE

A privacidade é um direito, como estabelece o art. 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos da UNICEF (1948) “Art. 12. Ninguém será sujeito à interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.” Para o Dicionário de Cambridge privacidade é “o direito de ficar sozinho e fazer coisas sem que outras pessoas vejam ou ouçam você” (PRIVACY, 2021).

O conceito desenvolvido por Warren e Brandeis (1980, p. 205) definem como “direito do indivíduo de ser deixado sozinho”, e a definição apresentada primeiramente em 1967 por Westin (2008, p. 7), da privacidade como o “direito de um indivíduo de determinar por si mesmo quando, como e em que medida as informações sobre ele são comunicadas aos outros”.

Nissenbaum (2004), discorda da abordagem de que privacidade é controlar e limitar o acesso a informações pessoais, em sua teoria da privacidade como integridade contextual, a autora argumenta que o que mais importa é que os fluxos de informação sejam protegidos por normas apropriadas ao contexto em que eles se encontram, assim protegendo a privacidade.

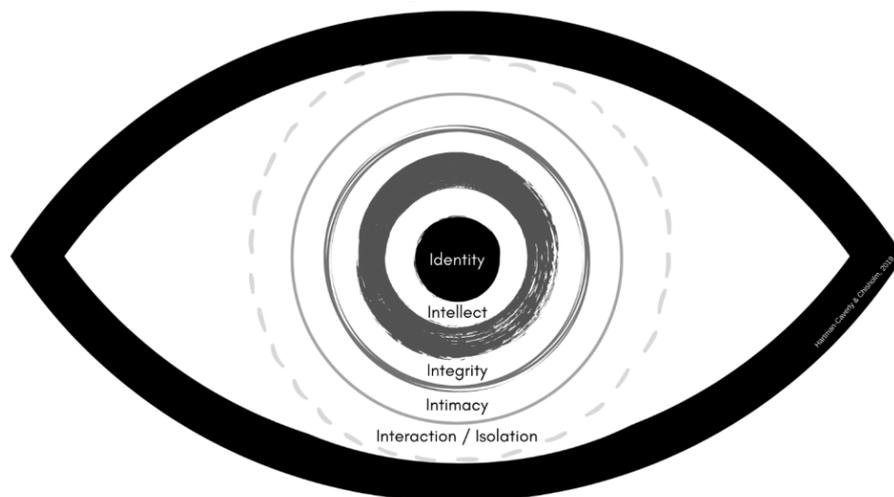
Solove (2008) defende uma abordagem da privacidade mais completa, elabora sua teoria baseada em quatro dimensões: a) método, aborda a privacidade como uma composição de diversos fatores, entendida de uma maneira mais singular; b) generalidade, a privacidade abrange um nível de generalidade e um de especificidade devendo manter o equilíbrio entre ambas; c) variabilidade, a teoria da privacidade deve ter estabilidade mas também considerar

a variabilidade do assunto pois a privacidade possui diferentes posicionamentos em relação às culturas e a história; e d) foco, como a privacidade é complexa envolvendo diferentes pontos de vista, é necessário manter um foco.

Clarke (2016, p. 79) apresenta sua definição, “Privacidade é o interesse que os indivíduos têm em manter um 'espaço pessoal', livre da interferência de outras pessoas e organizações” mas sabendo que a definição é ampla, o autor visualiza a privacidade em suas diversas esferas, dispondo-as em quatro categorias: a) privacidade da pessoa, em que há a preocupação com a integridade corporal; b) privacidade do comportamento pessoal, em que se enfatiza o “espaço privado” sem a observação sistemática ou o registro; c) privacidade das comunicações pessoais, ao que a comunicação entre indivíduos não deve ser acessada por terceiros; e d) a privacidade de dados pessoais, que refere-se ao controle do indivíduo sobre os seus dados pessoais (CLARKE, 2006).

Hartman-Caverly e Chisholm (2020, p. 208) afirmam que o indivíduo não deve ser monitorado ou observado, ao dizer que "Privacidade significa estar livre de monitoramento potencial ou real, não apenas que o acesso aos registros resultantes de tal monitoramento seja controlado". As autoras Hartman-Caverly e Chisholm (2020) também apresentam a privacidade como uma forma de manter a identidade, sem estar sob o olhar de curiosos, em que a privacidade é utilizada para permitir que as pessoas saibam o que o indivíduo quer que elas saibam sobre ele, assim como a privacidade também dispõem dos meios para o exercício da liberdade intelectual. Partindo desse conceito, as autoras apresentam o modelo conceitual dos seis I's da privacidade (Figura 1), onde demonstram que a privacidade está dividida em zonas, podendo partir desde a privacidade na identidade do indivíduo, por meio da privacidade intelectual, integridade contextual e corporal, intimidade até a interação do indivíduo na sociedade ou isolamento da mesma.

Figura 1 - Modelo conceitual dos seis I's da privacidade (The six private I's privacy conceptual model)



Fonte: Hartman-Caverly; Chisholm (2020, p. 307)

Até o momento não existe uma única definição de Privacidade, no entanto é notável que existem esforços de inúmeros autores em oferecerem suas próprias definições de acordo com seus argumentos e pontos de vista, também é perceptível que o tema privacidade continua sendo destaque de discussões na ciência.

2.2 COMPETÊNCIA EM PRIVACIDADE

Neste trabalho optou-se pelo termo “Competência em Privacidade” como tradução de *Privacy Literacy*, de acordo com o documento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) elaborado por Horton Júnior (2013) “*Overview of Information Literacy Resources Worldwide*” o qual estabelece o uso do termo “Competência em Informação” como tradução de *Information Literacy*, aplicando-se então, o mesmo princípio na tradução de *Privacy Literacy*.

Para Givens (2015, p. 53), o termo "Competência em Privacidade" constitui “o nível de compreensão e consciência de como a informação é rastreada e utilizada em ambientes on-line, e como essa informação pode manter ou perder a sua natureza privada”. Trept et al., (2015) descrevem que a competência em privacidade é a combinação entre; a) conhecimento factual, ter conhecimento sobre aspectos técnicos e leis de proteção de dados; e b) conhecimento procedimental, saber aplicar estratégias para proteger a privacidade.

Por sua vez, Wissinger (2017, p. 381) mantém o foco nas decisões baseados no pensamento crítico e na filosofia pessoal ao definir Competência em Privacidade como onde “Os alunos usam as informações que possuem sobre como suas informações privadas serão armazenadas, usadas ou distribuídas, combinadas com sua filosofia pessoal sobre quais informações devem ser públicas e privadas, para tomar decisões informadas”. Podendo essa definição ser associada às 5 áreas definidas por Rotman (2009) no seu Framework de Competência em Privacidade: compreender, reconhecer, realizar, avaliar e decidir.

Ao apresentar a definição de Competência em Privacidade de Hartman-Caverly e Chisholm (2020, p. 306), apresentam como “Um conjunto de conhecimentos, comportamentos e disposições críticas sobre as construções informativas da individualidade, atividades expressivas e relacionamentos”, torna-se evidente que a Competência em Privacidade trata-se de possibilitar a consciência através do conhecimento para que o indivíduo tome uma decisão que possa alterar seu comportamento com relação à sua privacidade.

Ao expor os aspectos da Competência em Privacidade, vale adicionar o posicionamento de Zviran (2008), sobre o aspecto legislativo na proteção à privacidade, apontando que o governo tem um forte papel em regularizar e proteger a privacidade com leis e regulamentos. Considerando a recente efetivação de leis de proteção à dados em diversos países, como a GDPR na União Européia, LGPD no Brasil e POPIA na África do Sul, esse quesito amplia a perspectiva em relação à Competência em Privacidade, podendo esta ser composta por três tópicos principais: conhecimento crítico/factual, conhecimento técnico para a tomada de decisões, e conhecimento legislativo sobre as leis e regulamentos.

Masur (2020) elabora um modelo para a competência em privacidade *on-line* que inclui três dimensões, a primeira dimensão aborda o conhecimento factual de privacidade em aspectos legais, técnicos, econômicos e sociais. A segunda dimensão aponta a capacidade de auto-reflexão sobre os riscos de privacidade nos contextos e de refletir sobre as necessidades de privacidade e seu próprio comportamento. Por fim, a terceira dimensão inclui as habilidades de proteção de dados e privacidade para aplicar estratégias de proteção e escolher plataformas que garantam sua privacidade.

Masur (2020) reflete sobre uma competência da privacidade crítica, em que o indivíduo é capaz de analisar o problema de maneira social ao invés de apenas individual. Masur (2020, p. 260) ressalta o papel da competência em privacidade em “capacitar os indivíduos a se protegerem contra interferências institucionais e econômicas e na promoção de avaliações críticas do *status quo*, que por sua vez, motivam mudanças sociais”.

Hintz, Dencik e Wahl-Jorgensen (2017) trazem a questão da cidadania digital, a qual é baseada na autodeterminação em um ambiente baseado em dados, como a internet, e no conhecimento e uso informado das plataformas disponíveis. Cohen (2000) amplia o conceito ao descrever que para o indivíduo ter autonomia de escolha ele deve primeiramente aprender a processar as informações sobre o seu contexto para depois conseguir fazer uma escolha consciente e autônoma. Park (2013, p. 217) ainda expressa que a competência em privacidade “pode servir como um princípio para apoiar, encorajar e capacitar os usuários a assumir o controle informado de suas identidades digitais”.

Barnes (2006) traz à discussão o Paradoxo da Privacidade, em que a preocupação do indivíduo sobre a privacidade não é expressada no seu comportamento, o qual consiste na constante divulgação de seus dados pessoais. Porém, não se trata exatamente de um paradoxo, mas sim da situação enfrentada por muitos indivíduos a qual envolve além de aspectos econômicos e sociais, três teorias comprovadas por Bandara, Fernando e Akter (2020) em seus estudos: a) teoria do nível construtivo da distância psicológica, em que a privacidade é algo distante e abstrato o que influencia nas decisões; b) empoderamento psicológico e desamparo aprendido, onde o indivíduo acredita não possuir poder de prevenir ameaças a sua privacidade; e d) visão de contrato social de privacidade, os indivíduos consideram a privacidade como um contrato social, ao divulgar seus dados confiam em procedimentos, contratos hipotéticos e normas morais.

Para Masur (2020, p. 260), “a discrepância entre preocupações e comportamentos poderia ser explicada por uma falta de conhecimentos e competências que impede os indivíduos de se envolver em práticas de proteção da privacidade”, nesse cenário a competência em privacidade pode vir a ser um meio de minimizar esse conflito.

Hartman-Caverly e Chisholm (2020) enfatizam que o bibliotecário pode promover educação com foco na consciência comportamental ao invés da mudança comportamental, permitindo assim, que se perceba a autonomia ao realizar ações informadas sobre sua privacidade.

2.2.1 Bibliotecário universitário e Competência em Privacidade

A profissão do bibliotecário apresenta constantes mudanças devido às evoluções tecnológicas, e Ard (2016) destaca o papel dos bibliotecários em proteger a privacidade frente aos novos desafios, argumentando ainda que “A educação é o pilar da defesa da biblioteca” (ARD, 2016, p. 170).

A atuação na proteção da privacidade dos usuários por parte do bibliotecário vem sendo abordada por organizações bibliotecárias em seus códigos de ética, declarações, frameworks e projetos. As universidades e suas bibliotecas são ambientes propícios para o desenvolvimento da Competência em Privacidade, assim como a ACRL (*Association of College & Research Libraries*) ao apresentar seu Framework para Competência em Informação para o Ensino Superior, aponta que o ambiente acadêmico está em constante mudança, e o bibliotecário tem a responsabilidade de identificar ideias centrais que possam ampliar o conhecimento dos estudantes e colaborar com o corpo docente (ACRL, 2016).

Assim como a ACRL, porém anteriormente, Coombs (2004, p. 497) também defendia o papel do bibliotecário universitário em ensinar os alunos sobre questões envolvendo privacidade no contexto da própria biblioteca mas também fora dela ao afirmar que “As bibliotecas precisam assumir um papel ativo na educação dos usuários sobre a proteção de sua privacidade. Os usuários devem ser instruídos sobre quais são seus direitos de privacidade e quais proteções de privacidade existem”.

Do mesmo modo Tummon e McKinnon (2018) expressam sua preocupação ao dizer que os bibliotecários deveriam refletir sobre sua responsabilidade em auxiliar os usuários a realizarem escolhas informadas no cenário contemporâneo. Ademais, estudos aplicados nos Estados Unidos, Canadá e Gana, que buscavam examinar as preocupações de bibliotecários e estudantes sobre a privacidade nas universidades mostraram que ambos reconhecem que o bibliotecário tem o papel de educar sobre a privacidade na internet (ZIMMER, 2014; TUMMON, MCKINNON, 2018; AVUGLAH, OWUSU-ANSAH, TACHIE-DONKOR, YEBOAH, 2020).

Hartman-Caverly e Chisholm (2020, p. 306) visualizam a excelência das bibliotecas para o desenvolvimento da Competência em Privacidade como um serviço informacional ao afirmar que “As bibliotecas são locais naturais para o cultivo de Competência em Privacidade, devido à centralidade da privacidade na prática das bibliotecas, a agilidade das bibliotecas em responder à pressão das necessidades de informacionais na sociedade [...]”. Sendo assim, a Competência em Privacidade desenvolvida por bibliotecários acadêmicos não apenas mantém o compromisso educacional do profissional como também se torna um requisito alinhado com a atualização da prática bibliotecária, em fornecer os serviços de que seu público alvo necessita.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A abordagem empregada na pesquisa foi qualitativa e quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, com utilização da metodologia bibliográfica e documental; com uma breve análise de conteúdo para categorização.

A abordagem quantitativa, ao que Prodanov e Freitas (2013, p. 69) apresentam como “[...] traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.” Sendo a amostra quantitativa, obtida de forma intencional não-probabilística, de acordo com Silva e Menezes (2005, p. 32) na amostra intencional se escolhe casos que representem com sensatez o universo pesquisado. No que se refere a abordagem qualitativa, Richardson (2012, p. 80) aponta, “Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais [...]”.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é de caráter exploratório e descritivo, a pesquisa exploratória de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 51-52) “tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento”. Enquanto a pesquisa descritiva busca apenas o registro e descrição dos fatos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Os procedimentos da pesquisa são bibliográficos e documentais. Para Severino (2007, p. 122) a pesquisa bibliográfica é “aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.”, sendo empregada para elaboração da fundamentação teórica uma pesquisa bibliográfica realizada nas bases de dados Scopus, Web of Science e Google Scholar. A pesquisa realizou-se com a utilização das expressões de busca: *privacy literacy, library and privacy, university and privacy, academic library and privacy, academic librarian and privacy, university and privacy literacy, academic librarian and privacy literacy, e academic librarian and surveillance*.

A próxima etapa consiste na pesquisa documental, tendo como fonte qualquer tipo de documento sem tratamento analítico analisado e investigado pelo pesquisador (SEVERINO, 2007). A primeira parte da pesquisa documental foi realizada em visita às páginas on-line das instituições regulamentadoras da biblioteconomia, *International Federation of Library*

Associations and Institutions (IFLA), American Library Association (ALA), Canadian Library Association (CLA), Association of College and Research Libraries (ACRL), Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP), Society of College, National and University Libraries (SCONUL), em busca de diretrizes e recomendações aos bibliotecários em relação à privacidade, desta forma foram utilizadas as expressões de busca *privacy* e *Code of Ethics* nos buscadores e nos menus de cada página on-line. A segunda parte da pesquisa documental foi realizada nos sites das 10 universidades melhores posicionadas no “Ranking Web de Universidades”¹, de cada região continental do mundo, sendo as regiões África, Ásia, Europa, América Latina, América do Norte, Oceania e Mundo Árabe, totalizando uma amostra de 68 universidades, devido ao ranking do continente do Mundo Árabe apresentar duas Universidades que se repetem no ranking da África.

A escolha do “Ranking Web de Universidades” deu-se pelo fato deste ranking promover o Acesso Aberto ao conhecimento produzido pelas universidades, ao não classificar os sites das universidades, mas sim classificar as universidades utilizando indicadores webométricos e bibliométricos. A análise foi feita por meio de busca no site das universidades no buscador, com as expressões de busca: “*Privacy Literacy*” e “*Privacy*”, com análise dos 30 primeiros resultados de cada expressão de busca. No que se refere às delimitações do estudo há o idioma, em que serão consideradas apenas as páginas e os resultados em Português, Inglês e Espanhol.

Quanto aos procedimentos de análise dos dados, foram aplicados dois métodos, utilizou-se primeiramente a tabulação eletrônica em planilha Excel, que Teixeira (2003, p. 196) descreve, “Já a tabulação é o processo de agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise”. As categorias analíticas estabelecidas para a tabulação são: a) se possui conteúdo que promova a Competência em Privacidade; b) qual tipo de conteúdo; c) qual o departamento que oferta; e d) data de oferta.

O segundo método de análise de dados aplicado foi a categorização, que para Minayo (2002, p. 70), “As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso”. As categorias identificadas nos conteúdos foram baseadas nas definições de Competência em Privacidade abordadas por Hartman-Caverly e Chisholm (2020), Trept et al., (2015) Masur, (2020), Zviran (2008) e Hagendorff (2018), sendo as categorias: Tecnosolucionista, Pensamento Crítico, e Legislativo.

¹ Ranking Web de Universidades: <https://www.webometrics.info/es>

Quadro 1 - Quadro de objetivos

Objetivo	Metodologia	Resultado
a) Verificar as recomendações e diretrizes de instituições que regulamentam a biblioteconomia, sobre a Competência em Privacidade;	Visita aos sites das instituições e verificação de recomendações e diretrizes disponíveis.	Fundamentação para o desenvolvimento de práticas de ensino sobre privacidade por bibliotecários em universidades.
b) Identificar conteúdos sobre Competência em Privacidade nas 10 universidades melhor classificadas no Ranking Web de Universidades, de cada continente.	Busca, nos campos de busca das universidades utilizando os termos “ <i>Privacy Literacy</i> ” e “ <i>Privacy</i> ”, por conteúdos que abordem a privacidade, com análise dos 30 primeiros resultados, registrando os dados em tabela.	Apresentação do cenário sobre desenvolvimento e aplicação de conteúdos abordando privacidade nas universidades.
c) Descrever os conteúdos sobre Competência em Privacidade nas 10 universidades melhor classificadas no Ranking Web de Universidades, de cada continente.	Analisar, descrever e categorizar os conteúdos que abordam a privacidade identificados na busca nas universidades	Descrição de cada conteúdo em tabela, com indicação do formato, da universidade ofertante com hiperlink para direcionamento à página do conteúdo. Bem como a categorização dos conteúdos.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

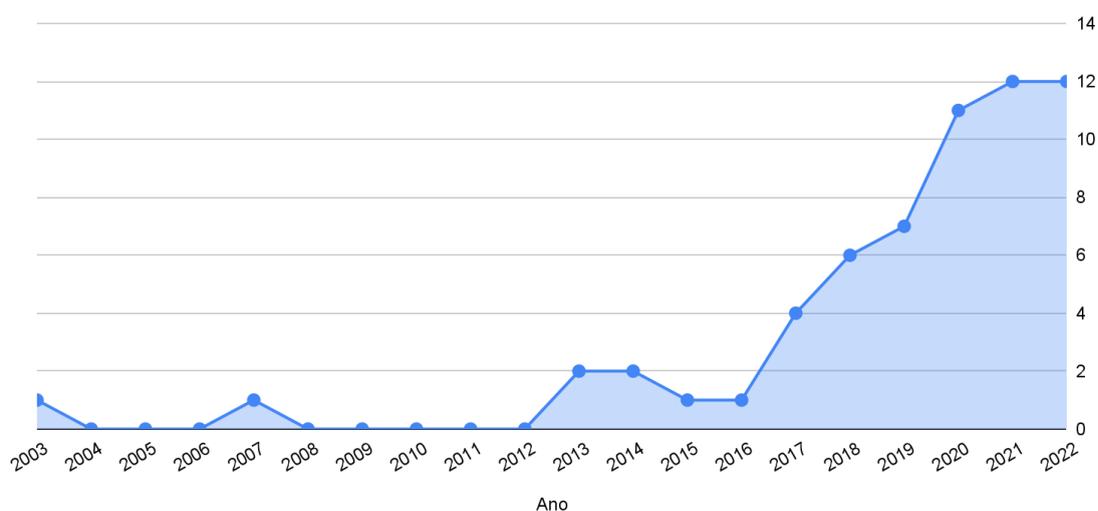
Desta forma a pesquisa foi desenvolvida partindo do caráter exploratório e descritivo, seguindo com os procedimentos bibliográfico para responder o objetivo a) da pesquisa, realizando a busca nas páginas oficiais das instituições que regulamentam as biblioteconomia, e documental para responder aos objetivos b) e c) da pesquisa, primeiramente com a busca nas páginas oficiais das universidade por conteúdos relacionados à Competência em Privacidade e posterior análise e categorização dos conteúdos identificados na etapa anterior.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados os resultados da pesquisa, dividindo-se entre as recomendações e diretrizes das instituições bibliotecárias sobre o ensino e proteção da privacidade, e os conteúdos identificados nas universidades que compuseram a amostra documental da presente pesquisa.

Como representação do desenvolvimento de conteúdos relacionados à Competência em Privacidade nas universidades apresenta-se um gráfico de distribuição temporal dos resultados.

Gráfico 1 - Distribuição temporal dos conteúdos



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

O gráfico 1 apresenta a distribuição dos conteúdos identificados na pesquisa no decorrer dos anos, contabilizando desde 2003, sendo a aparição mais antiga até 2022, a data mais recente é abril de 2022. Entre os anos de 2003 e 2016 houve uma oferta diminuta de conteúdos relacionados à Competência em Privacidade, no entanto a partir de 2017 houve um crescimento exponencial e contínuo nesta oferta. Esse crescimento ocorrido nos últimos 6 anos indica um interesse das universidades em abordar o tema em suas atividades acadêmicas, como um indicativo de permanecer em crescimento. Observa-se que 6 conteúdos não indicavam a data de oferta na página *on-line* do conteúdo, não sendo contabilizados no gráfico temporal.

4.1 RECOMENDAÇÕES E DIRETRIZES DAS INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS SOBRE PRIVACIDADE

Com a intenção de responder ao objetivo “a” da pesquisa realizou-se a busca pelas recomendações e diretrizes das instituições bibliotecárias no que tange a privacidade. Apresentando que proteção da privacidade dos usuários por parte do bibliotecário vem sendo abordada por organizações bibliotecárias, como a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) no Código de Ética para Bibliotecários e outros Profissionais da Informação, atestando que “Os bibliotecários e outros profissionais da informação respeitam a privacidade pessoal e a proteção de dados pessoais, necessariamente compartilhados entre indivíduos e instituições.” (IFLA, 2012).

Além do Código de Ética a IFLA possui uma Declaração sobre Privacidade no Ambiente da Biblioteca, na qual apresenta recomendações para os bibliotecários e demais profissionais da informação: a) apoiar esforços para proteger a privacidade individual e refletir sobre esses problemas; b) apoiar os usuários em fazer escolhas informadas; e c) a proteção da privacidade e de dados deve ser incluída nos projetos de letramento promovidos pela biblioteca, oferecendo treinamentos e ferramentas para os usuários protegerem sua privacidade (IFLA, 2015).

A *American Library Association* (ALA) aborda o tema partindo do Código de Ética da ALA, ao afirmar que “Protegemos o direito de cada usuário da biblioteca à privacidade e confidencialidade com relação às informações solicitadas ou recebidas e aos recursos consultados, emprestados, adquiridos ou transmitidos.” (ALA, 2021b). Bem como, em sua interpretação do *Library Bill of Rights*, “afirma que os direitos de privacidade são necessários para a liberdade intelectual e são fundamentais para a prática ética da biblioteconomia” (ALA, 2019a). No artigo VII de *Library Bill of Rights* é destacado que o bibliotecário tem um papel de promover, educar sobre e proteger a privacidade do usuário na biblioteca e na sociedade como um todo (ALA, 2019b).

A ALA também possui o Subcomitê de Privacidade no *Intellectual Freedom Committee* (IFC) com a proposta de desenvolvimento da privacidade em bibliotecas e no mundo, propondo ações e projetos que abordam privacidade, confidencialidade e segurança de dados (ALA, 2021a). Além do IFC, possui diversos outros projetos voltados para a defesa da privacidade dos usuários, tendo como destaque o projeto *Choose Privacy Every Day*, organizado desde 2010, evidenciando a preocupação com a privacidade do usuário da biblioteca e como usuário virtual de outros serviços disponíveis na internet (ALA, 2018).

Outra instituição que destaca a privacidade em seu Código de Ética é a *Canadian Library Association* (CLA) (1976, p. 1) declarando que “Os membros da *Canadian Library Association* têm a responsabilidade individual e coletiva de [...] proteger a privacidade e a dignidade dos usuários e funcionários da biblioteca”.

A *Chartered Institute of Library and Information Professionals* (CILIP) do Reino Unido, aborda em sua Estrutura Ética que todo bibliotecário deve apoiar, promover e defender “A confidencialidade das informações fornecidas por clientes ou usuários e o direito de todos os indivíduos à privacidade” (CILIP, 2018, p. 1), além disso, a instituição possui diversos projetos desenvolvendo a proteção à privacidade.

A proteção à privacidade também é apontada em frameworks de Competência em Informação e Competência Digital, como no *Framework for Information Literacy for Higher Education* da ACRL, o qual estabelece que o indivíduo deve saber “fazer escolhas informadas sobre suas ações *on-line* com plena consciência de questões relacionadas à privacidade e à mercantilização de informações pessoais.” (ACRL, 2016, p.17). Também no *7 Pillars of Information Literacy through a Digital Literacy ‘lens’* da *Society of College, National and University Libraries* (SCONUL), do Reino Unido e Irlanda, aponta que o usuário deve entender “A importância da segurança e privacidade *on-line*” (SCONUL, 2016).

Quadro 2 - Diretrizes das instituições bibliotecárias sobre privacidade

Diretrizes	Instituições					
	I F L A	A L A	C L A	C I L I P	A C R L	S C O N U L
						
Código de Ética estabelecendo que o bibliotecário tem o dever de respeitar e proteger a privacidade, dignidade e confidencialidade do usuário (IFLA, 2012; ALA, 2021b; CLA, 1976).	X	X	X			
Declaração sobre Privacidade no Ambiente da Biblioteca com recomendações para auxiliar o usuário a fazer escolhas informadas e proteger sua privacidade (IFLA, 2015).	X					
Aborda a privacidade como base para a liberdade intelectual com um Subcomitê de Privacidade desenvolvendo a privacidade em bibliotecas com projetos como o <i>Choose Privacy Every Day</i> (ALA, 2021a; ALA, 2018).		X				
Estrutura Ética apontando que todo bibliotecário deve apoiar, promover e defender a privacidade e confidencialidade dos usuários (CILIP, 2018).				X		
<i>Framework for Information Literacy for Higher Education</i> , argumentando que o indivíduo deve entender como a venda de suas informações pessoais afetam as informações recebidas e divulgadas pelo mesmo, e conseqüentemente saber fazer escolhas informadas e ter consciência sobre sua privacidade <i>on-line</i> (ACRL, 2016).					X	
Indica no <i>7 Pillars of Information Literacy through a Digital Literacy 'lens'</i> , que o usuário deve entender "A importância da segurança e privacidade <i>on-line</i> " (SCONUL, 2016).						X

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

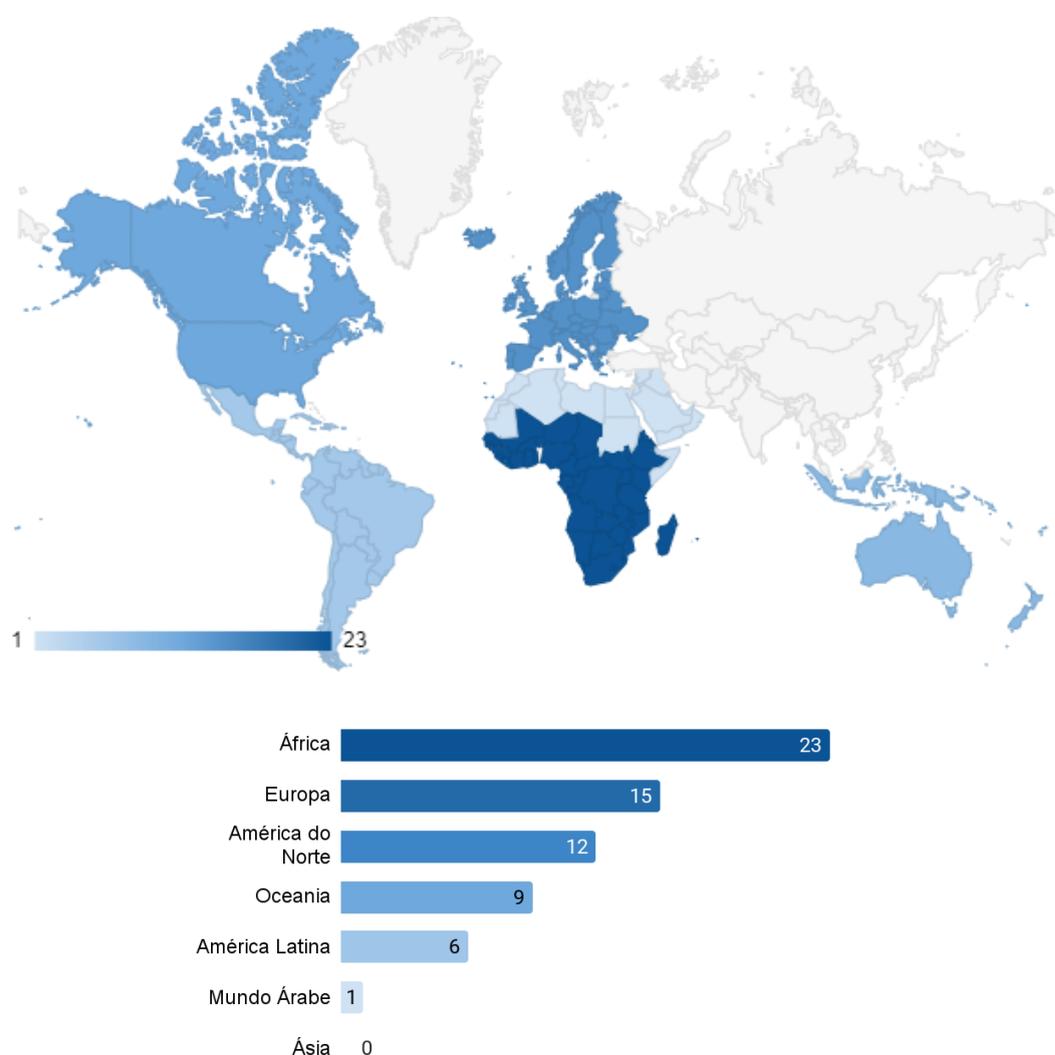
Na busca por recomendações e diretrizes, constatou-se que as instituições que regulamentam a biblioteconomia estão assumindo o papel de liderar a discussão em Competência em Privacidade na área e indicando aos profissionais tanto o caminho a seguir quanto a importância de abordar o tema recente com a indicação nos seus códigos de ética, frameworks e desenvolvimento de projetos. Pelo fato das principais instituições estarem presentes na América do Norte e Europa as discussões iniciam-se nesses locais.

4.2 CONTEÚDOS EM COMPETÊNCIA EM PRIVACIDADE NAS UNIVERSIDADES

A pesquisa documental buscou responder ao objetivo “b”, de identificar os conteúdos de Competência em Privacidade nas 10 melhor classificadas universidades de cada continente. Os dados da pesquisa foram coletados e tratados entre 4 de fevereiro de 2022 e 16 de abril de 2022, durante a realização da pesquisa documental ao utilizar a expressão de busca “*Privacy Literacy*” obteve-se uma baixa quantidade de resultados, não sendo possível por vezes analisar os 30 primeiros resultados por não haver essa quantidade, além do mais, com a utilização da expressão “*Privacy*”, obteve-se como resultado de busca, uma grande quantidade de Políticas de Privacidade. Ademais, após a análise dos conteúdos, não foram consideradas para compor a amostra da pesquisa, postagens de blog e de opinião, artigos, livros, relatórios, grupos de pesquisa sobre privacidade voltado apenas para pesquisadores ou conteúdos direcionados apenas para a indústria.

Inicialmente a intenção da pesquisa foi identificar qual continente é mais representativo em relação à organização e oferta de conteúdos relacionados à Competência em Privacidade, sendo este aspecto demonstrado pela figura abaixo:

Figura 2 - Distribuição dos conteúdos por continente.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

A figura 2 reproduz a distribuição de conteúdos relacionados à Competência em Privacidade identificados nos 7 continentes, sendo o continente da África o que apresentou uma quantidade maior de conteúdos quando comparado aos demais continentes, foram 23, representando 34,9% de todos os conteúdos identificados.

Em seguida está a Europa com 15 conteúdos (22,7%), e ao analisar ambos os resultados, percebe-se que África e Europa, detêm juntos mais da metade dos conteúdos (57,6%), tornando os três continentes mais expressivos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à Competência em Privacidade nas universidades. Logo após, encontra-se a América do Norte com 12 conteúdos (18,2%), Oceania com 9 conteúdos (13,6%), América Latina com 6 (9,1%), Mundo Árabe 1 (1,5%), e por fim a Ásia, sem conteúdo identificado.

Em observação à imagem dos continentes, o continente da África possui uma parte em uma tonalidade mais clara devido a alguns países do Mundo Árabe serem também países da África, neste caso o Mundo Árabe apresentou apenas 1 resultado, sendo representado pela tonalidade mais clara.

A fim de especificar a representatividade dos continentes e indicar as universidades que ofertam conteúdos, apresenta-se a seguinte tabela:

Tabela 1 - Quantidade de conteúdos por universidades

Universidades	Conteúdos	Percentual	Continentes
University of the Witwatersrand	5	7,6%	África
University of Pretoria	5	7,6%	África
University of Cape Town	4	6,1%	África
University of Johannesburg	4	6,1%	África
University of Amsterdam	4	6,1%	Europa
University of California Berkeley	3	4,5%	América do Norte
Columbia University New York	3	4,5%	América do Norte
University of Oxford	3	4,5%	Europa
King's College London	3	4,5%	Europa
Monash University	3	4,5%	Oceania
University of Michigan	2	3%	América do Norte
Cornell University	2	3%	América do Norte
Stellenbosch University	2	3%	África
University of Kwazulu Natal	2	3%	África
Universidade de São Paulo - USP	2	3%	América Latina
Pontificia Universidad Católica de Chile	2	3%	América Latina
University of Technology Sydney	2	3%	Oceania
Harvard University	1	1,5%	América do Norte
Massachusetts Institute of Technology	1	1,5%	América do Norte
University of the Western Cape	1	1,5%	África
Universidade Estadual de Campinas	1	1,5%	América Latina
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	1	1,5%	América Latina
University College London	1	1,5%	Europa
Swiss Federal Institute of Technology Zurich	1	1,5%	Europa
Imperial College London	1	1,5%	Europa
University of Edinburgh	1	1,5%	Europa
Utrecht University	1	1,5%	Europa
Qatar University	1	1,5%	Mundo Árabe
University of New South Wales	1	1,5%	Oceania
University of Queensland	1	1,5%	Oceania
Australian National University	1	1,5%	Oceania
University of Auckland	1	1,5%	Oceania
Total	66	100%	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

A tabela 1 apresenta a Universidade de Witwatersrand, Universidade de Pretória, Universidade da Cidade do Cabo, Universidade de Johannesburgo e a Universidade de Amsterdã como as universidades em que identificou-se quantidades maiores de conteúdos

ofertados relacionados à Competência em Privacidade (33,5%) em relação às demais universidades listadas. As universidades de Witwatersrand, Pretoria, da Cidade do Cabo e de Johannesburgo são universidades da África, destacando novamente a representatividade deste continente na oferta de conteúdos, e a Universidade de Amsterdã está localizada na Europa, o segundo continente mais representativo.

Além disso, os departamentos universitários que ofertaram os conteúdos também foram considerados, no entanto devido à grande quantidade de departamentos identificados, realizou-se um agrupamento deste total para a sua respectiva área geral de conhecimento ou a área relacionada: Direito (Faculdade de Direito, Serviços Legais), Ciência da Computação e Segurança (Cibersegurança, Ciência da Computação, Segurança da Informação, Instituto da Internet, Serviços de Tecnologia e Informação, Sistemas de Informação Aplicados, Governança), Multidisciplinares (Instituição, Economia), Humanidade (Recursos Humanos, Faculdade de Humanidades, Escritório de Integridade de Pesquisa), Biblioteca, Mídia e Informação (Departamento de Informação, Estudos de Mídia, Departamento de Informação e Conhecimento), Ciências Exatas (Matemática, Estatística), Marketing e Negócios, Jornalismo, Ensino e Aprendizagem, e Artes (Artes e Ciências Sociais, Escola de Belas Artes).

Tabela 2 - Quantidade de conteúdos por departamentos universitários

Departamentos	Quantidade	Percentual
Direito	19	28,8%
Ciência da Computação e Segurança	13	19,7%
Multidisciplinares	10	15,2%
Humanidades	6	9,1%
Biblioteca	5	7,6%
Mídia e Informação	3	4,5%
Ciências Exatas	2	3%
Marketing e Negócios	2	3%
Jornalismo	2	3%
Ensino e Aprendizagem	2	3%
Artes	2	3%
Total	66	100%

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

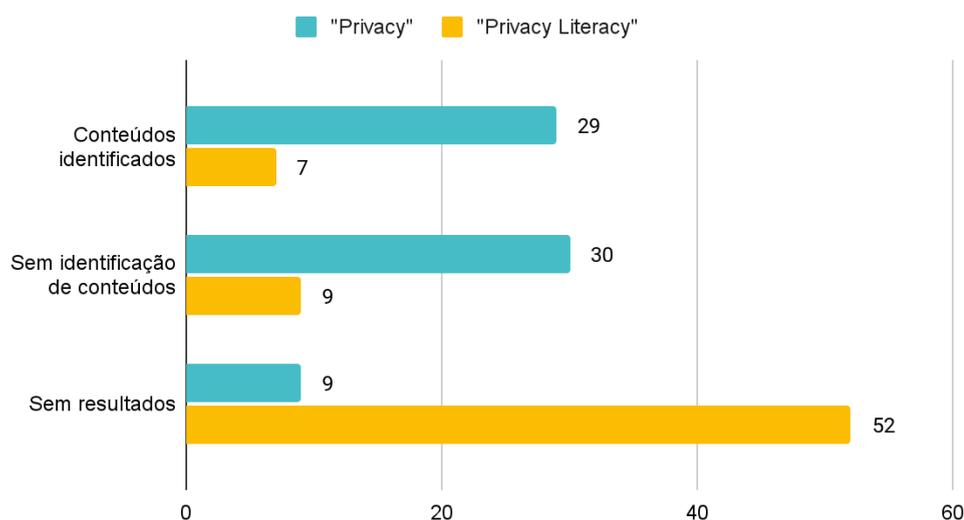
A tabela 2 mostra o destaque dos departamentos de Direito ofertando 19 conteúdos (28,8%) e o de Ciência da Computação e Segurança ofertando 13 conteúdos (19,7%), sendo os departamentos com a maior quantidade de oferta de conteúdos, indicando que o foco de abordagem do tema Privacidade possui um direcionamento maior no que se refere à legislação existente sobre proteção de dados pessoais e privacidade, presentes no Direito, e abordagem de proteção dos dados pessoais por meio do emprego de ferramentas e tecnologias, presente na Ciência da Computação e Segurança.

Na perspectiva de desenvolvimento de práticas em Competência em Privacidade em bibliotecas, foram identificados 5 conteúdos ofertados excepcionalmente nos formatos de guias e eventos, tendo como início de oferta nos últimos 2 anos, ficando evidente que a iniciativa das bibliotecas em oferecer conteúdos relacionados à Competência em Privacidade é recente.

Com o intuito de abordar os resultados obtidos com a utilização das expressões de busca utilizadas na coleta de dados, o gráfico 2 apresenta estes resultados, sendo as expressões utilizadas, “*Privacy Literacy*” e “*Privacy*”, utilizadas no buscador da página oficial da universidade.

Gráfico 2 - Resultados por termos nas universidades

Resultados por termos nas universidades



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Ao utilizar a expressão “*Privacy Literacy*” 52 universidades não apresentaram resultados à expressão buscada, enquanto 9 universidades apresentaram resultados (na maioria dos casos não chegou a apresentar ao menos 30 resultados para análise), porém após a análise não foi identificada nenhum conteúdo, no entanto em 7 universidades foi possível identificar conteúdos em Competência em Privacidade. Com a utilização da expressão de busca “*Privacy*”, os resultados foram notavelmente melhores, no que se refere às universidades que não apresentaram resultados apenas 9, ao passo que 30 universidades apresentaram resultados, contudo após análise dos 30 primeiros resultados, não foi identificado nenhum conteúdo, e em 29 universidades foi possível identificar conteúdos relacionados à Competência em Privacidade.

Os resultados obtidos imediatamente no momento de busca nas páginas das universidades demonstram que a grande maioria dos conteúdos identificados ainda não são denominados com o termo “*Privacy Literacy*”, assim como a denominação de “*Privacy*”, porém os resultados, ainda iniciais, encontrados com o termo “*Privacy Literacy*” indica uma utilização, possivelmente recente do termo, considerado o mais adequado para as ofertas de conteúdos, considerando que a área de pesquisa teórica recebe essa mesma nomenclatura.

Para responder ao objetivo “c” da pesquisa de identificar conteúdos sobre Competência em Privacidade nas 10 universidades melhor classificadas no Ranking Web de Universidades, de cada continente, utilizou-se o quadro 3 a seguir para a descrição, organizados por formato de oferta e com disponibilização de *hiperlink* para o direcionamento à página do conteúdo.

Quadro 3 - Descrição dos conteúdos

Formato	Título	Universidade
Palestra	Privacy vs Security: Where does the balance lie?	University of Cape Town
Palestra	Understanding the legal framework of our digital world	University of Cape Town
Palestra	Key voices on digital identity and data privacy in Africa	University of the Witwatersrand
Palestra	The POPI Act Compliance: Navigate Privacy and Security Compliance in South Africa	University of the Witwatersrand
Palestra	Using the Internet in Africa: Freedom of Expression and Privacy Challenges	University of the Witwatersrand
Palestra	Privacy legislation and innovative teaching practices	Stellenbosch University
Palestra	Using Web 2.0 as a strategy to educate users about online security	University of Kwazulu Natal
Palestra	Creating Tomorrow: The "Message App Privacy" Episode	University of Johannesburg
Palestra	A new era in information security. Privacy and its impact in a post Covid world	University of Johannesburg
Palestra	Webinar on children's rights to privacy in the digital sphere in Africa	University of Pretoria
Palestra	COVID-19, privacy and data protection in Africa	University of Pretoria
Palestra	Decoding the Web of Data Protection Compliance	University of Pretoria
Palestra	Emerging Privacy and Civil Liberties Issues	Columbia University New York
Palestra	Privacy on the Internet	Columbia University New York
Palestra	Digital Privacy and Higher Education: How Surveillance Threatens Academic Freedom	Cornell University
Palestra	Fórum do Labjor alimenta debate sobre proteção de dados pessoais na rede	Universidade Estadual de Campinas
Palestra	Privacidade na internet	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Palestra	David Carroll: "La privacidad no ha muerto, pero está en peligro"	Pontificia Universidad Católica de Chile

Palestra	OII Colloquia: Privacy literacy, consent and vulnerable users: children and the General Data Protection Regulation	University of Oxford
Palestra	Imperial academic discusses why data privacy is a problem at US Congress	Imperial College London
Palestra	Challenging Society Sessions: Privacy & Data	University of Amsterdam
Palestra	Beate Rössler on AI: 'A' for autonomy and 'I' for social	University of Amsterdam
Palestra	COVID-19 v Your Rights to Privacy	Monash University
Palestra	Data Privacy in the Big Data Era	University of Auckland
Palestra	Justice Talks #5 Privacy Justice	University of Technology Sydney
Palestra	Consumer Privacy Literacy and Data Rights	University of Technology Sydney
Guia	Privacy Online and POPI - Theory and Practice	University of Cape Town
Guia	How to protect your family's online privacy	University of Cape Town
Guia	Protection of Personal Information Act - POPI	University of Kwazulu Natal
Guia	Law and 4IR	University of Johannesburg
Guia	Ultimate Celebrity Manager	University of the Western Cape
Guia	The right to privacy in the digital age in Africa	University of Pretoria
Guia	Information and Cybersecurity	University of Pretoria
Guia	I Regret to Inform You that Your Private Information Has Been Compromised	University of California Berkeley
Guia	Teaching Resources for Online Privacy Education (TROPE)	University of California Berkeley
Guia	Online Privacy	University of California Berkeley
Guia	Empowerment for youth-friendly privacy law enforcement	Massachusetts Institute of Technology
Guia	Tecnologias Intrusivas: Vale a pena perder a privacidade?	Universidade de São Paulo
Guia	Email Security	University of Oxford
Guia	How to keep your data safe at the US border	University College

		London
Guia	Media Hopper Create	University of Edinburgh
Guia	Life Long Learning Platform UU	Utrecht University
Guia	Protect your Personal Information	Qatar University
Guia	Check your online privacy and security	University of New South Wales
Guia	Digital wellbeing and privacy	University of Queensland
Evento	Data Privacy Matters	University of the Witwatersrand
Evento	The 4th International Conference on the Internet, Cyber Security and Information Systems (ICICIS)	University of Johannesburg
Evento	Data Privacy Day	University of Michigan
Evento	Our Data Ourselves: Digital Privacy	Columbia University New York
Evento	Digital Privacy Literacy - Privacy Services	Cornell University
Evento	El choque entre privacidad de los datos y la vigilancia fue el tema de las XIII Jornadas de Derecho Natural	Pontificia Universidad Católica de Chile
Evento	Ethics in AI Colloquium with Dr Carissa Veliz: Privacy Is Power	University of Oxford
Evento	Workshop on UbiComp Privacy	Swiss Federal Institute of Technology Zurich
Evento	Privacy	King's College London
Evento	Ordering Disorder: Surveillance and Privacy in Crises	King's College London
Evento	King's Experts Series: Privacy in the age of COVID-19	King's College London
Evento	Amsterdam Privacy Conference	University of Amsterdam
Disciplina	Access to Information and Privacy Law	University of the Witwatersrand
Disciplina	62529 - 846 30 Information Technology Law	Stellenbosch University
Disciplina	540 - Privacy in Information Technology	University of Michigan
Disciplina	Segurança, Criptografia, Privacidade e Anonimato	Universidade de São Paulo
Disciplina	Minor Privacy Studies	University of Amsterdam
Disciplina	LAW5343 - Privacy and surveillance: Law, policy and	Monash University

	governance	
Disciplina	LAW4653 - Privacy and surveillance in an information age: Comparative law perspectives	Monash University
Disciplina	LAWS8243 - Freedom of Information and Privacy	Australian National University
Projeto Institucionalizado	Privacy & Security - Berkman Klein Center for Internet & Society at Harvard University	Harvard University

Fonte: Elaborado pela autora, 2022

Ao analisar os formatos nos quais os conteúdos identificados foram ofertados, o formato “Palestra” foi o que teve mais incidência (26), representando 39,4%, neste formato enquadraram-se às palestras, aulas abertas e webinars ofertados na instituição educacional com abordagem e discussão de questões envolvendo a privacidade. O formato “Guia” representa 28,8% (19), enquadraram-se neste formato, cursos, informativos, jogos, *toolkits*, plataformas, treinamentos e vídeos educacionais. Os “Eventos” ocorreram em 18,2% (12), e as “Disciplinas” em 12,1% (8), ainda com um Projeto Institucionalizado 1,5%.

Esses dados demonstram que as palestras, entendidas como conteúdos sem uma oferta regular ou contínua e com duração de poucas horas, foram identificadas em maior quantidade, ao passo que disciplinas curriculares, nesse conjunto de dados instituídas em sua maioria pelo departamento de Direito, ofertadas regularmente ocorrem em menor quantidade, indicando que a institucionalização do tema privacidade e a Competência em Privacidade na academia encontra-se em desenvolvimento e a abordagem está concentrada na área de estudo do Direito.

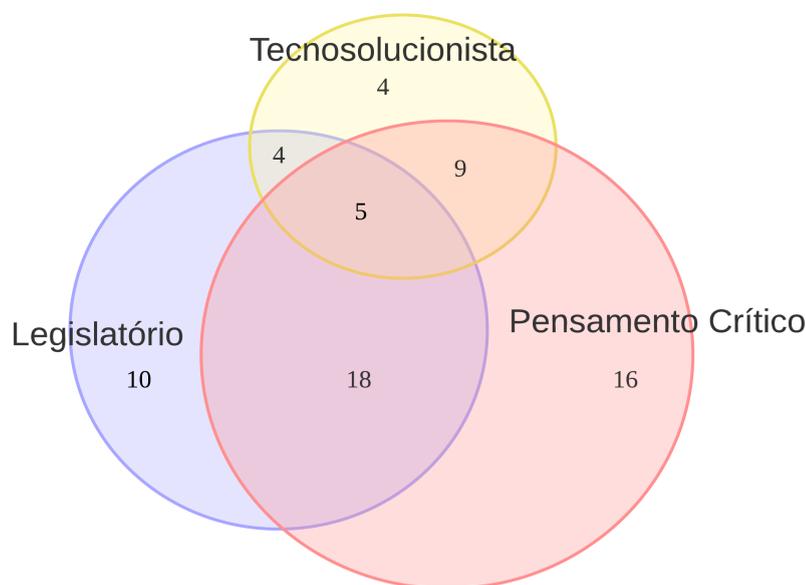
Como forma de ampliar a descrição dos conteúdos identificados adotou-se o método de categorização, utilizando como base teórica para tal as críticas às práticas de Competência em Privacidade de Hagedorff (2018), sendo elas: a) existência da desigualdade social envolvendo a Competência em Privacidade, em que os indivíduos mais vulneráveis têm uma menor possibilidade de se tornarem competentes; b) a falsa suposição de que os indivíduos tomam decisões racionais analisando os prós e contras para o uso de uma plataforma; c) o foco majoritário da Competência em Privacidade nas soluções técnicas como configurações de privacidade, remoção de informações sensíveis entre outras; e d) transferir toda a responsabilidade de proteção da privacidade para o indivíduo, quando este mesmo sendo competente em privacidade não tem a capacidade para tomar atitudes que somente o Estado consegue, como regulamentar as companhias tecnológicas e o uso dos algoritmos.

Baseia-se também na definição de Competência em Privacidade de Hartman-Caverly e Chisholm (2020, p. 306), “um conjunto de conhecimentos, comportamentos e disposições críticas sobre as construções informativas da individualidade, atividades expressivas e relacionamentos”, e nas demais definições de Competência em Privacidade (TREPT et al., 2015; MASUR, 2020; ZVIRAN, 2008). Sendo estabelecidas três categorias nas quais enquadram-se os conteúdos encontrados:

- a) **Tecnosolucionista:** centrado nas ações técnicas de proteção à privacidade (ex: VPN, gerenciador de senhas, navegadores, apps de mensagem) os “How To” conteúdos;
- b) **Pensamento crítico:** mais amplo e voltado para a consciência crítica sobre a divulgação dos dados e informações pessoais e as consequências do uso desses dados nas atividades, relações sociais e na identidade do indivíduo.

- c) **Legislatório:** o qual aborda o conceito e aplicação das legislações de proteção de dados e/ou de privacidade existentes em cada país.

Figura 3 - Categorização dos conteúdos



Fonte: Elaborado pela autora, 2022

A partir da análise interpretativa dos dados da pesquisa e categorização, observa-se que o “Pensamento Crítico” esteve presente na maioria dos conteúdos analisados, considerando suas intersecções, esteve presente em 48 conteúdos, em seguida o “Legislatório” sendo identificado em 37 conteúdos, e a categoria “Tecnosolucionista” foi a que teve menor ocorrência, sendo identificada em 22 conteúdos.

Cabe salientar, que foram identificados 5 conteúdos que apresentaram as três categorias, podendo estes serem considerados os conteúdos mais próximos da estrutura e conteúdo programático que uma prática em Competência em Privacidade deve possuir de acordo com as críticas de Hagendorff (2018) e definições de Competência em Privacidade de Hartman-Caverly e Chisholm (2020), Trept et al., (2015), Masur (2020) e Zviran (2008). É possível identificar que a discussão envolvendo o “Pensamento Crítico” é acentuada, no entanto, conteúdos abordando as três categorias estão sendo desenvolvidos e ofertados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A privacidade e sua proteção são questões antigas, e que recentemente está sendo abordada na ideia do seu desaparecimento perante o desenvolvimento tecnológico e a *datafication*, porém surge no início da década de 2010 a área de pesquisa chamada de Competência em Privacidade, a qual possui teorias desenvolvidas e práticas ainda incipientes, mas com um crescimento exponencial nos últimos anos como demonstrado pela amostra desta pesquisa, possuindo ofertas de conteúdos relacionados à Competência em Privacidade identificadas em quase todos os continentes (exceto pela Ásia).

Na pesquisa bibliográfica foi possível identificar que as instituições bibliotecárias de maior influência estão abordando a proteção à privacidade em seus códigos de ética, subcomitês, e promovem a Competência em Privacidade desde abordagens dentro de frameworks de Competência em Informação, Códigos de Ética, e em projetos, como o *Chose*

Privacy Everyday. As instituições abordadas neste trabalho estão localizadas no Canadá, Estados Unidos, Reino Unido e Irlanda, tornando esse o cenário de países mais envolvidos com a discussão da privacidade no papel do bibliotecário.

O conjunto de dados coletado na pesquisa permitiu verificar o cenário de quais continentes são os mais expressivos em ofertas de conteúdos relacionados à Competência em Privacidade, tendo destaque o continente da África com 23 dos 66 conteúdos identificados, seguido por Europa (15) e América do Norte (12). Ao abordar quais as universidades que ofertam mais conteúdos, 4 das 5 mais representativas, localizam-se na África também, as universidades de Witwatersrand, Pretoria, da Cidade do Cabo e de Johannesburgo e a Universidade de Amsterdã está localizada na Europa, também o segundo continente mais representativo.

Fato interessante que ao analisar os resultados das diretrizes e recomendações de instituições bibliotecárias quanto a privacidade e os dados quantitativos de conteúdos ofertados nas universidades, percebe-se que os conteúdos identificados com oferta nas bibliotecas do total de 5, 3 encontram-se em bibliotecas de universidades norte americanas, podendo ser um reflexo das instituições localizadas nos Estados Unidos, como IFLA, ALA e ACRL, que possuem recomendações e diretrizes para os profissionais bibliotecários quanto à abordagem da privacidade nas bibliotecas. Todavia, quando analisado de forma geral ambos os resultados se descobre que apesar da América do Norte e Europa serem os continentes mais representativos em relação à instituições bibliotecárias com recomendações e diretrizes relacionadas à privacidade no contexto mundial, não são as universidades destes continentes que ofertam mais conteúdos, mas sim a África.

Outra intenção da pesquisa era identificar quais áreas do conhecimento estão ofertando mais conteúdos, onde identificou-se que a área do direito é a que mais se debruça sobre os temas relacionados à Competência em Privacidade, seguido pela Ciência da Computação e Segurança. Ao analisar em quais áreas de conhecimento surgem a maioria dos conteúdos, é evidente que a biblioteca universitária poderia realizar parcerias com os departamentos em destaque para o desenvolvimento de práticas em Competência em Privacidade.

No que tange às expressões de busca utilizadas, estas permitiram visualizar que o termo “*Privacy Literacy*”, como é nomeada a área de pesquisa e conseqüentemente as práticas derivadas dela, ainda são pouco utilizadas para nomear os conteúdos ofertados nas universidades, pois ao utilizar essa expressão obteve-se um baixo resultado, 7 conteúdos identificados, ao passo que o termo “*Privacy*” possibilitou a recuperação e posterior identificação da maioria dos conteúdos que compõem o conjunto de dados, sendo o termo mais geral, “*Privacy*”, o termo mais utilizado para identificar os conteúdos por parte da universidade.

Com a elaboração do Quadro 3 com todos os conteúdos identificados com a identificação da universidade que oferta, o título do conteúdo e com a disponibilização dos links para as páginas de cada conteúdo, teve-se a intenção de fornecer um guia para a consulta aos conteúdos ou inspiração para o desenvolvimento de trabalhos ou práticas em Competência em Privacidade.

Na categorização dos conteúdos identificados na pesquisa buscou-se apresentar quais tópicos componentes da Competência em Privacidade apontados pelos autores Zviran (2008), Trept et al., (2015), Masur (2020) e Hartman-Caverly e Chisholm (2020), estão sendo mais aplicados nos conteúdos, demonstrando que a categoria “Pensamento Crítico” está mais presente seguido do “Legislatório”, eles são importantes, porém o “Tecnosolucionista” está em defasagem, considerando que práticas combinando as três categorias são poucas, apenas 5, é evidente que as práticas em Competência em Privacidade são incipientes porém devido às

ofertas recentes é possível verificar um aumento tanto na oferta quanto na estruturação de práticas.

O ponto forte da pesquisa é o fato de ser uma pesquisa documental com uma amostra representativa de todas as universidades do mundo, que proporcionou um levantamento do desenvolvimento e oferta de conteúdos sobre Competência em Privacidade voltados para o grupo de estudantes universitários, dando ênfase na parte prática, pouco desenvolvida até o momento, na área de pesquisa de Competência em Privacidade.

Diante do problema de pesquisa, constata-se que o desenvolvimento de conteúdos em Competência em Privacidade nas universidades ainda são incipientes, com ofertas proporcionando o debate e/ou práticas em tópicos que compõem a Competência em Privacidade, mas poucos conteúdos que ofertam todos os tópicos juntamente, ademais, esses conteúdos foram identificados em sua grande maioria com oferta pela universidade ou departamentos de outras áreas do conhecimento, e apenas 5 ofertas na bibliotecas, demonstrando que outras áreas, que não a Biblioteconomia ou Ciência da Informação, estão liderando a discussão e o desenvolvimento de Competência em Privacidade em ambientes acadêmicos.

O trabalho possui uma observação, aponta-se o fato dos conteúdos identificados na pesquisa terem como foco principal os estudantes, porém a maior parte destes conteúdos estavam ou estão abertos à comunidade universitária ou comunidade em geral. E como delimitação do trabalho existe a limitação do idioma na metodologia de busca de conteúdos (inglês, português e espanhol), sendo possível que existam demais conteúdos nas universidades porém não foram analisados e incluídos no conjunto de dados coletados por estarem em outros idiomas.

Sugere-se para trabalhos futuros o desenvolvimento de práticas em Competência em Privacidade aplicada em bibliotecas universitárias, buscando parcerias com áreas que já abordam o tema e podem contribuir para uma melhor estruturação da prática, bem como superar durante as práticas os elementos envolvidos no que se tornou conhecido como “paradoxo da privacidade”.

REFERÊNCIAS

ACRL. Framework for Information Literacy for Higher Education. 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 23 abr. 2021.

ALA. Choose Privacy Everyday. 2018. Disponível em: <https://chooseprivacyeveryday.org/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

ALA. IFC Privacy Subcommittee. 2021a. Disponível em: <https://www.ala.org/aboutala/ifc-privacy-subcommittee>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ALA. Interpretations of the Library Bill of Rights. 2019a. Disponível em: <http://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill/interpretations>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ALA. Library Bill of Rights. 2019b. Disponível em: <https://www.ala.org/advocacy/intfreedom/librarybill>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ALA. Professional Ethics. 2021b. Disponível em: <http://www.ala.org/tools/ethics>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ARD, BJ. Librarians as Privacy Advocates. **A Journal of Law and Policy for the Information Society**. v. 13, n. 1, p. 161-173, 2016. Disponível em: <https://repository.law.wisc.edu/s/uwlaw/item/77727>. Acesso em: 31 ago. 2021.

AVUGLAH, Bright Kwaku et al. Privacy issues in libraries with online services: attitudes and concerns of academic librarians and university students in Ghana. **College and Research Libraries**. v. 81, n. 6, p. 997-1020, 2020. Disponível em: <https://crl.acrl.org/index.php/crl/article/view/24619/32426>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BANDARA, Ruwan; FERNANDO, Mario; AKTER, Shahriar. Explicating the privacy paradox: a qualitative inquiry of online shopping consumers. **Journal of Retailing and Consumer Services**. v. 52, 2020, p. 1-9. DOI <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2019.101947>

BARNES, Susan B. A privacy paradox: Social networking in the United States. **First Monday**. v. 11, n. 9, 2006. Disponível em: <https://firstmonday.org/article/view/1394/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

CADWALLADR, Carole; GRAHAM-HARRISON, Emma. Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. The Guardian, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/mar/17/cambridge-analytica-facebook-influence-us-election>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CILIP. **Ethical Framework**. 2018. Disponível em: https://cdn.ymaws.com/www.cilip.org.uk/resource/resmgr/cilip/policy/new_ethical_framework/cilip_s_ethical_framework.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021

CLA. **Canadian Library Association Code of Ethics**. 1976. Disponível em: <http://cla.ca/wp-content/uploads/Code-of-Ethics-June-1976.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CLARKE, Roger. A framework for analysing technology 's negative and positive impacts on freedom and privacy. **Datenschutz und Datensicherheit**, v. 40, n. 2, p. 79-83, 2016. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11623-016-0550-9>. Acesso em: 23 abr. 2021.

CLARKE, Roger. What's 'Privacy'? 2006. Disponível em: <http://www.rogerclarke.com/DV/Privacy.html>. Acesso em: 22 abr. 2021.

CLARKE, Roger. What is Überveillance? and what should be done about it? **IEEE Technology and Society Magazine**. v. 29, n. 2, p. 17-25, 2010. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&arnumber=5475107>. Acesso em: 23 abr. 2021.

COHEN, Julie. Examined Lives: Informational Privacy and the Subject as Object. **Stanford Law Review**. v. 52, n. 5, p. 1373-1438, 2000. DOI [10.2307/1229517](https://doi.org/10.2307/1229517)

COOMBS, Karen. Walking a tightrope: academic libraries and privacy. **Managing Technology**. v. 30, n. 2, 2004, p. 493-498. DOI [10.1016/j.acalib.2004.08.003](https://doi.org/10.1016/j.acalib.2004.08.003)

COULDRY, Nick. Foreword. *In*: KUBITSCHKO, Sebastian; KAUN; Anne. **Innovative Methods in Media and Communication Research**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2016. ISBN 9783319407005. DOI 10.1007/978-3-319-40700-5.

GIVENS, Cherie L. **Information privacy fundamentals for librarians and information professionals**. New York, Rowman and Littlefield, 2015. ISBN 9781442242111. Disponível em: <https://3lib.net/book/5698605/1b6cef>. Acesso em: 18 jul. 2021.

GREENWALD, Glenn; MACASKILL, Ewen. **NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and others**. *The Guardian*, 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/us-tech-giants-nsa-data>. Acesso em: 15 ago. 2021.

HAGENDORFF, Thilo. Privacy Literacy and its problems. **Journals of Information Ethics**. v. 27, n. 2, p. 127-145, 2018. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/c607c0c8a6576233120da8522d2277b6/1.pdf?pq-origsite=gscholar&cbl=2035668>. Acesso em: 09 mar. 2022.

HARTMAN-CAVERLY, Sarah, CHISHOLM, Alexandria. Privacy literacy instruction practices in academic libraries: past, present, and possibilities. **IFLA Journal**, Reading, v. 46, n. 4, p. 305-327, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0340035220956804>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HINTZ, Arne; DENCİK, Lina; WAHL-JORGENSEN, Karin. Digital citizenship and surveillance society. **International Journal of Communication**. v. 11, p. 731-739, 2017. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/5521/1929>. Acesso em: 09 maio 2021.

HORTON JÚNIOR, Forest Woody. **Overview of information literacy resources worldwide**. Paris: UNESCO, 2013. 221 p. ISBN 9789230011314. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000219667>. Acesso em: 18 ago. 2021.

IFLA. **IFLA Code of Ethics for librarians and other information workers**. 2012. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/node/11092>. Acesso em: 13 ago. 2021.

IFLA. **IFLA Statement on Privacy in the Library Environment**. 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/news/documents/ifla-statement-on-privacy-in-the-library-environment.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. **Big data: a revolution that will transform how we live, work, and think**. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2013. ISBN 9780544002692. Disponível em: <https://3lib.net/book/2089121/e1cc2d>. Acesso em: 05 ago. 2021.

MASUR, Philipp K. How online privacy literacy supports self-data protection and self-determination in the age of information. **Media and Communication**. v. 8, n. 2, p. 258-269, 2020. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/mediaandcommunication/article/view/2855>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 21. ed., 2002.

NISSENBAUM, Helen. Privacy as contextual integrity. **Washington Law Review**. v. 79, n. 1, p. 119-158, 2004. Disponível em: <https://digitalcommons.law.uw.edu/wlr/vol79/iss1/10/>. Acesso em: 02 set. 2021.

PARK, Yong Jin. Digital Literacy and privacy behavior online. *Communication Research*. v. 40, n. 2, p. 215-236, 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0093650211418338>. Acesso em: 31 ago. 2021.

PRIVACY. *In*: Cambridge Dictionary. Cambridge University Press, 2021. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles-portugues/privacy>. Acesso em: 17 ago. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. ISBN 9788577171583. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 3. ed., 2012.

ROTMAN, Dana. **Are you looking at me?** Social media and privacy literacy. *In*: ICONFERENCE, 2009, Chapel Hill, Carolina do Norte. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2142/15339>. Acesso em: 25 set. 2021

SCONUL. **7 Pillars of Information Literacy through a Digital Literacy 'lens'**. 2016. Disponível em: https://www.sconul.ac.uk/sites/default/files/documents/Digital_Lens.pdf. Acesso em: 24 abr. 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia de Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007. ISBN 9788524913112. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3480016/mod_label/intro/SEVERINO_Metodologia_do_Trabalho_Cientifico_2007.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_d_e_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

SOLOVE, Daniel J. **Understanding Privacy**. Massachusetts: Harvard University Press, 2008. ISBN 9780674035072. Disponível em: <https://3lib.net/book/3423579/0605ef>. Acesso em: 15 ago. 2021.

TEIXEIRA, Enise Barth. A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**, v. 1, n. 2, p. 177-201, 2003. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84/41>. Acesso em: 25 jul. 2021.

TREPTE, Sabine; TEUTSCH, Doris; MASUR, Philipp K.; EICHER, Carolin; FISCHER, Mona; HENNHÖFER, Alisa; LIND, Fabienne. Do people know about privacy and data protection strategies? towards the “Online Privacy Literacy Scale” (OPLIS). *In: GUTWIRTH, Serge; LEENES, Ronald; HERT, Paul de. Reforming European Data Protection Law*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2015. p. 333-365. DOI 10.1007/978-94-017-9385-8_14.

TUMMON, Nikki; MCKINNON, Dawn. Attitudes and practices of Canadian academic librarians regarding library and online privacy: a national study. **Library and Information Science Research**. v. 40, n. 2, p. 86-97, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740818817303638?via%3Dihub>. Acesso em: 20 jul. 2021.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 23 abr. 2021.

WARREN, Samuel D.; BRANDEIS, Louis D. The right to privacy. **Harvard Law Review**. v. 4, n. 5, p. 193-220, 1980. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/1321160?origin=crossref&seq=3#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 27 ago. 2021.

WESTIN, Alan F. **Privacy & Freedom**. New York: Ig Publishing, 2008. ISBN 9781632460738. Disponível em: <https://3lib.net/book/5341077/200a40>. Acesso em: 10 ago. 2021.

WISSINGER, Christina L. Privacy Literacy: from theory to practice. **Communications in Information Literacy**. v. 11, n. 2, p. 378-389, 2017. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/comminfolit/vol11/iss2/>. Acesso em: 20 maio 2022.

ZIMMER, Michael. Librarians’ Attitudes Referential Information and Internet Privacy. **Library Quarterly**. v. 84, n. 2, p. 123-151, 2014. DOI <https://doi.org/10.1086/675329>.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. New York: Public Affairs Books, 2019. ISBN 9781610395694. Disponível em: <https://3lib.net/book/3672415/01a386>. Acesso em: 15 jul. 2021.

ZVIRAN, Moshe. User’s perspective on privacy on web-based applications. **Journal of Computer Information Systems**. v. 48, n. 4, p. 97-105, 2008. DOI 10.1080/08874417.2008.11646039